



Aprender a responder à intrusão de Gaia: práticas de uma horta urbana

Lilian Alves Schmitt ¹

Resumo

Considerando que vivemos a “intrusão de Gaia”, nome que Stengers (2015) dá ao grande acontecimento que se desdobra em ocorrências como o aquecimento global, as extinções de espécies, entre outras catástrofes, uma pergunta parece importante: que respostas locais temos conseguido construir? Este trabalho toma em análise uma experiência de horta urbana localizada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul/Brasil, para compreender as aprendizagens de um grupo de praticantes de horta em um território periférico da cidade. Para pensar a experiência aqui narrada, articulamos o vivido na horta comunitária em questão às obras de um conjunto de autores que compõe o horizonte interpretativo denominado por Carvalho e Steil (2014) de epistemologias ecológicas. A pergunta que nos coloca a refletir é: de quais modos é possível construir respostas à intrusão de Gaia? Estamos entendendo, a partir de Stengers (2015), que as respostas baseiam-se no engajamento em relação às experimentações que buscam criar possibilidades de um futuro não bárbaro. Seguimos também uma perspectiva ecológica de aprendizagem, baseada na noção de prática em correspondência (Ingold 2020) com diferentes seres. Com as e nas práticas deste particular espaço comunitário foi possível acompanhar o desenvolvimento de habilidades relacionadas à aprender como aprender a ser, a habitar, e a desenvolver habilidades, ao mesmo tempo em que se constrói vínculos de pertencimento a um lugar, a uma comunidade que coproduz respostas contingentes às lógicas capitalistas, coproduzindo também a si mesma. Experiências como as das hortas urbanas implicam na criação de vida a partir de conexões, do estabelecimento de redes de ação. Vida que explora novas potências de agir, sentir, imaginar e pensar. Práticas dessa natureza parecem povoadas por humanos que tem sido compelidos a tentar mudar modos de viver, afetiva, mas também, politicamente, levando em consideração que para responder à intrusão de Gaia talvez seja necessário agir em correspondência com o outro, com toda a complexidade que isso representa. Adotar essa perspectiva é afirmar que a resposta à intrusão não será aquela de uma humanidade reconciliada (Stengers 2015), mas será aquela que depende do repovoamento de um mundo que foi devastado e hoje precisa reestabelecer capacidades coletivas de pensar, imaginar e criar.

Palavras-chave: aprendizagem, horta urbana, respostas locais, comunidade

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora no grupo *Cultura, Subjetividade e Políticas de Formação/PUCRS*. Contato: lilian.schmitt@gmail.com

Introdução

Segundo a Organização das Nações Unidas², cerca de 55% da população mundial vive em áreas urbanas e a expectativa é a de que a proporção aumente para 70% até 2050. Os problemas ambientais derivados do contínuo processo de expansão das cidades aumentam e afetam de modos distintos as diferentes classes sociais (Acsehrad 2002). As dificuldades relacionadas ao saneamento básico e a escassez de alimentos entre os mais pobres são apenas dois exemplos das inúmeras problemáticas ainda atuais e que necessitam ser enfrentadas (FAO 2011, 2017).

As cadeias produtivas de alimentos e de outros produtos atravessam o mundo. Florestas são devastadas³ e grandes faixas de terra servem à produção de grãos do agronegócio. A mineração abre buracos no solo e também buracos na diversidade cultural dos territórios onde se estabelece. A queima de combustíveis fósseis em escalas cada vez maiores afeta o clima. E somando-se a esse cenário brevemente descrito, em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou a situação de pandemia da doença designada como Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome), que tem nos acometido e que no Brasil, devido à política de morte instaurada, ceifou a vida de mais de 611.318 brasileiros. Agravando os dilemas do Antropoceno, viver este tempo sob a égide do atual governo brasileiro é viver – em todos os sentidos - *No tempo das catástrofes*.

Os avanços do capitalismo, modo de produção que perpetua as desigualdades e que produz riqueza para poucos e um *mundo em ruínas* (Tsing 2018) para tantos, promove e “revela a destruição do que agrupa e faz pensar” (Stengers 2015: 118). Não é mais plausível, na perspectiva de Stengers (2015), que continuemos a nos perguntar sobre que “outro mundo” será possível, ou acerca de nossa capacidade de construção desse novo mundo. A autora nos leva a refletir que “Não cabe a nós a resposta; ela cabe a um processo de criação cuja enorme dificuldade seria insensato e perigoso subestimar” (Stengers 2015: 58). Tal capacidade de superação, no entanto, não pode ser negada, e ao mesmo tempo não será possível “se não aprendermos a articular luta e engajamento nesse processo de criação, por mais hesitante e balbuciante que ele seja” (Stengers 2015: 58).

² Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701> (Acesso em 10/11/2021).

³ No Brasil, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que 2020 foi o segundo pior ano de desmatamento na Amazônia Legal desde 2015, com um total de 8.426 km². Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/> (Acesso em 10/11/2021).

Uma importante questão a ser refletida é que o capital tem funções de alienação subjetivas, como anuncia Guattari (1981: 201) ao enfatizar que o capitalismo apela à “sujeição de todos os instantes de cada indivíduo”. Como elucida o autor, não há nada de individual na subjetividade capitalista, ela segue pretendendo-se global, uma “subjetividade nacionalizada”. Assim, o modo de produção capitalista é também um modo de produção de subjetividades. Tais subjetividades nos apartam cada vez mais de nossa implicação no/com o mundo, nos levando à produção de uma realidade de catástrofes ambientais. Do ponto de vista de Stengers (2015: 106), o capitalismo “destrói (continua a destruir) o que constitui comunidade”. Criar respostas à intrusão de Gaia tem a ver com compreender e reestabelecer capacidades coletivas.

A crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e a ideia de inevitabilidade da catástrofe são destacadas por Stengers: “O que sabemos agora é que, se aguentarmos firme e continuarmos a ter confiança no crescimento, vamos, como se diz, “dar de cara com a parede” (Stengers 2015: 12). Já na apresentação de seu livro *No tempo das catástrofes*, a autora dirige-se aos que estão “em suspenso”, mas engajados em experimentações que buscam criar possibilidades de um futuro que não seja bárbaro, dedicando a obra àqueles que, citando Deleuze, “fugindo, procuram uma arma” (Deleuze apud Stengers 2015: 20).

Tais reflexões nos levam a pensar sobre o que Stengers vem chamando de intrusão de Gaia (2015), a “terra viva” que se volta contra seus habitantes, alertando para a necessidade de reativar nossos vínculos, de estabelecer um “comum”, não no sentido de totalidade, mas de arranjo contingente. Gaia, como nos lembra Sztutman (2018) em sua leitura rigorosa sobre o pensamento de Stengers (2015):

é o nome de uma divindade do panteão grego, a filha de Caos, associada à Terra, marcada pelo espírito vingativo e pela fúria em relação à tirania. O que Stengers denomina “intrusão” de Gaia é uma resposta raivosa à transcendência (e à tirania) produzida pelo capitalismo em seu movimento de expansão predatória (Sztutman 2018: 342).

Com base nas discussões propostas pelos textos de Stengers (2015) e também de contribuições de Tsing (2018) e Ingold (2020), este ensaio toma em análise a experiência de uma Horta Urbana Comunitária localizada na cidade de Porto Alegre (RS) para pensar sobre as perguntas: O que podemos aprender em uma horta urbana no contexto de um mundo em catástrofe? Que respostas têm sido construídas a partir das práticas que constituem essa iniciativa?

As perguntas pensadas aqui seguem a discussão proposta por Stengers (2015) quando afirma que o que importa “(...) não é ‘o que fazer diante da intrusão de Gaia?’ – questão cuja resposta excede as forças de qualquer um de nós –, e sim ‘*o que é preciso para tentar responder a ela de um modo que não seja bárbaro?*’ ” (Stengers 2015: 110-111, grifo nosso)

Para pensar a respeito estamos partindo da experiência de pesquisa que temos desenvolvido na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro desde 2017 e que baseia a afirmação de que tal iniciativa constitui-se como potente espaço de aprendizagem, conforme temos discutido a partir dos escritos de Schmitt (2018, 2021) e Carvalho, Schmitt e Pereira (2021).

A experiência reflexiva aqui narrada é articulada às obras de um conjunto de autores que compõe o horizonte interpretativo denominado por Carvalho e Steil (2014) de epistemologias ecológicas. O termo epistemologias ecológicas tal como proposto por tais autores, delimita uma região do debate teórico-filosófico contemporâneo que compreende produções de diversas origens disciplinares e diferentes opções teóricas, cujo ponto em comum é o esforço para a superação de dualidades modernas, colocando-se como “área de convergência de novos horizontes de compreensão, diferentes daqueles que sustentam as dualidades mencionadas e a externalidade de um sujeito cognoscente humano fora do mundo, da natureza e independente de seus objetos de conhecimento” (Carvalho & Steil 2014: 164) Desde essa perspectiva, que aponta para uma interimplicação dos sujeitos no/com o mundo que habitam, nossa posição em termos de aprendizagem passa pelo entendimento de que aprender a responder à intrusão de Gaia compreende estar engajado às práticas que tentem responder à essa intrusão.

O texto está dividido em quatro seções. A primeira, aqui apresentada, constitui uma breve introdução. A segunda trata da experiência de cultivo no espaço urbano como possibilidade ao enfrentamento de contextos de crise. Na terceira seção, apresentamos a experiência coproduzida na pesquisa situada em uma horta comunitária de Porto Alegre, RS. E por fim, na quarta seção, trazemos algumas considerações sobre as aprendizagens possíveis a partir dessa experiência situada.

Aprender a responder à intrusão desde a experiência de cultivo na cidade

“A luta política deveria passar por todos os lugares onde se fabrica um futuro que ninguém ousa realmente imaginar, não se restringir à defesa dos sentimentos adquiridos ou à denúncia dos escândalos, mas se apoderar da questão da fabricação desse futuro.”
(Stengers 2015: 197)

A associação quase imediata entre agricultura e meio rural pode levar a ideia de que há uma incompatibilidade entre práticas de cultivo e meio urbano. O que não deixa de fazer certo sentido, visto que as cidades – principalmente os grandes centros urbanos – expressam de inúmeros modos as ruínas do capitalismo. Entretanto, a agricultura urbana não é uma atividade recente e, de alguma forma, sempre se expressou nas áreas urbanas, mesmo que timidamente (Aquino & Assis 2007). Essa atividade tem despertado um elevado e crescente interesse, tanto de pessoas que moram nesses grandes centros quanto de pesquisadores e de pessoas que tentam – mesmo nesse período de grandes retrocessos políticos vividos no Brasil – pensar a elaboração de políticas voltadas às práticas de agricultura urbana.

Historicamente o desenvolvimento das hortas urbanas surge como possibilidade para tentar combater a insegurança alimentar. Estudos como os de Zaar (2011; 2015) mostram que o cultivo de hortas urbanas está ligado aos períodos de crise alimentar que tomaram países ocidentais durante o século XX. Entre as crises alimentares citadas pela autora estão as duas guerras mundiais e a guerra civil espanhola, que nos contextos de sua ocorrência implicaram na interrupção do circuito de produção e comercialização de alimentos, provocando períodos de escassez alimentar que se prolongaram aos períodos de pós-guerra. O histórico induziu diferentes países a criarem programas que estimulassem o cultivo de hortas familiares, escolares e também comunitárias (Zaar 2011).

No contexto de países latino-americanos, por exemplo, as experiências de hortas urbanas também são consideradas respostas às crises financeiras que provocaram recessão econômica e preços elevados nos alimentos. Em países como Chile, Argentina e México, o cultivo de hortas urbanas passa a existir em decorrência dos conflitos políticos e socioeconômicos (Aquino & Assis 2007).

Atualmente, as hortas urbanas são amplamente divulgadas e é possível encontrar diferentes modelos ao redor do globo (FAO 2017). Nesse sentido, a agroecologia é um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas em pequena escala, em função, principalmente da baixa dependência de insumos externos dos sistemas de produção preconizados, que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas (Aquino & Assis 2007).

Importante enfatizar que a pauta da agricultura urbana vinculada à noção de mudança de hábitos de consumo, e com certa performance ecológica, é também algo que se insere dentro de uma mudança cultural que vem acontecendo desde a década de 1970. Uma internalização da pauta ambiental nos discursos dos movimentos sociais, denominada processo de

ambientalização. A ambientalização, segundo Acelrad (2010), refere-se tanto ao processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte de diferentes grupos sociais, quanto pela incorporação concreta de justificativas ambientais para a legitimação de diferentes práticas (institucionais, políticas, científicas, etc.). A literatura sobre os movimentos sociais nas últimas décadas tem, cada vez mais, chamado à atenção para a incorporação de uma agenda ambiental por uma série de lutas sociais (Carvalho, Farias & Pereira 2011). O movimento da agricultura urbana faz parte desse processo de apropriação, e de certa forma, introduz discussões interessantes ao tensionar novas formas de se viver no espaço urbano, e de coproduzir este espaço.

As hortas urbanas, em geral, reivindicam o direito à cidade e ao uso do solo urbano para uma agricultura de pequena escala, de caráter coletivo e, muitas vezes, com orientação ecológica nas práticas de cultivo e comercialização (Branco, Marina Castelo & Alcântara 2011; Maas, Malvestiti & Gontijo 2020; Bizari & Cardoso 2016; Carneiro, Pereira & Gonçalves 2016; Santos & Machado 2019). No estado do Rio Grande do Sul, que instituiu a política de agricultura urbana em 2018, a ação de cultivo na cidade tem sido definida como:

conjunto de atividades praticadas no intraurbano ou periurbano das cidades e integradas ao sistema ecológico-econômico, dentre as quais, o cultivo, a produção, a criação, o processamento artesanal e a distribuição de uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares destinados para consumo próprio e abastecimento local ou regional, priorizando a utilização dos recursos humanos e materiais, produtos e serviços locais (RIO GRANDE DO SUL 2018).

Embora o percurso histórico das hortas urbanas bem como um maior detalhamento de suas definições não seja o objetivo aqui, se faz necessário destacar que a discussão sobre hortas urbanas comunitárias não é recente. A pauta liga-se às demandas e necessidades básicas das populações em diferentes territórios: acesso à alimentação e enfrentamento dos contextos de crise.

O contexto de pandemia pelo qual passamos ao longo de 2020 e que permanece em 2021, somadas à crise política vivida no país também tem impulsionado discussões sobre a importância de tais iniciativas, principalmente em relação à segurança alimentar. O plantio de hortaliças, ervas condimentares e medicinais ganha assim os espaços urbanos das cidades e nos dá pistas sobre a necessidade que os humanos dos grandes centros têm tido de criar possibilidades de viver no tempo das catástrofes.

Uma resposta situada – A horta urbana comunitária da Lomba do Pinheiro

“Cada êxito, por mais precário que seja, tem sua importância. Certamente nenhum será suficiente para apaziguar Gaia, mas todos contribuem para responder às provas que vêm de um modo que não seja bárbaro” (Stengers 2015: 197).

A Horta, localizada em um bairro periférico da zona leste da cidade de Porto Alegre, ocupa um território em disputa pelo tráfico e também pela especulação imobiliária de uma cidade que cresce em direção às áreas verdes. No meio da tensão e margeados por um arroio poluído pela ausência de saneamento básico, encontra-se a comunidade ampliada de praticantes⁴ que constitui a Horta – humanos de diferentes idades (moradores e não moradores do bairro, plantas, animais e outros tantos seres e coisas- que fazem juntos um espaço de produção de alimentos e fitoterápicos livres de agrotóxicos e adubos químicos.

A Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro (Figura 1), que participou ativamente do Fórum de Hortas Urbanas de Porto Alegre, grupo que construiu a Política Municipal de Agricultura Urbana, é uma iniciativa de produção orgânica e agroecológica que integra conhecimentos técnicos e populares. Suas práticas visam à educação ambiental, promoção de saúde e a inclusão social. Traz também como objetivos a multiplicação de conhecimento, o resgate da história do território, a produção de hortas caseiras, a promoção de alimentação saudável e orgânica e a promoção de cidadania (HISTÓRICO 2018). É sediada em área pertencente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que é protegida, em uma de suas faces, por uma mata nativa. O espaço foi cedido para tal fim pela prefeitura do município de Porto Alegre para a atual versão do projeto em 2013. A Horta da Lomba, como é conhecida, dentre as inúmeras atividades que promove, recebe crianças das escolas municipais do entorno para oficinas de educação ambiental, agentes de saúde comunitária em oficinas sobre plantas medicinais que integram a lista recomendada pelo Sistema Único de Saúde e também distribui aos que trabalham nas atividades as chamadas “sacolinhas” – sacolas com diferentes alimentos produzidos que são fracionados em pequenas quantidades de modo a servirem de alimento para o maior número possível de pessoas que ali trabalham de diferentes modos.

⁴ Estou aqui tomando a noção de Stengers (2015: 115) que entende como praticante o sujeito engajado, que se constitui na relação coletiva e sente-se forçado - por sua implicação - a pensar, a agir, a inventar, a objetar, ou seja, a trabalhar juntos a outros.



Figura 1 Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro.
Fonte: Acervo de pesquisa da autora.

A Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro tem se tornado uma referência importante como espaço de múltiplas sociabilidades, produção de hortaliças, chás, temperos, e outros produtos que são colhidos e distribuídos entre os participantes. Na Horta também ocorrem oficinas com diferentes temas: confecção de xaropes, doces, geleias, manejo agroecológico, produção de mudas, podas, entre outros. Dentre as frentes de atuação dos Amigos da Horta, grupo de voluntários que trabalha no espaço, está o projeto de preservação da mata nativa que circunda a área de cultivo da Horta bem como a limpeza e revitalização do Arroio Taquara, arroio que corre nos fundos da Horta Comunitária.

No ano de 2015 uma luta mobilizou diversos segmentos da região da Lomba do Pinheiro, foi a proposição aprovada pelo Conselho do Plano Diretor Municipal do gravame de uma rua que passaria por dentro da área da Horta. Por meio de mobilizações da comunidade e de uma audiência pública, houve a revogação do projeto da avenida. Atualmente, a comunidade é vigilante quanto à manutenção da iniciativa, pois as dificuldades passam tanto pelas tensões de ocupação do espaço, relacionadas à especulação imobiliária, por exemplo, quanto às questões relativas à violência que permeia as periferias das grandes cidades (HISTÓRICO 2018). Analisando tal situação de permanente vigilância pela perspectiva de Stengers (2015) podemos refletir e conectar o vivido em campo com as proposições da autora quando trata de diferentes embates em torno das lutas coletivas:

O “comum” que eles souberam defender era o deles, o que os faz pensar, imaginar, cooperar. (...) Trata-se ainda de uma inteligência coletiva, concreta e estabelecida no corpo a corpo com limitações tão críticas quanto limitações “materiais”. O que eles souberam defender contra aquilo que pretendia dividi-

los foi o coletivo formado a partir do desafio posto por essas dificuldades (...). (Stengers 2015: 105-106).

Quanto às espécies cultivadas não há ainda uma quantificação das mesmas, mas a olhos vistos é possível perceber o cultivo de hortaliças convencionais, ervas e outras plantas medicinais e plantas alimentícias incomuns, chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). As atividades que ocorrem na Horta são variadas, compreendendo preparação de canteiros, adubação ecológica, capina, plantio de hortaliças, ervas de chás e temperos, o regadio, a colheita, a produção de mudas, a coleta de folhas da mata para cobertura vegetal nos canteiros, as trilhas ecológicas, os jogos, os exercícios de relaxamento, rodas de conversa, palestras, estudos sobre plantas, oficinas, e eventos como festas juninas, feijoadas, sopões e feitura de xarope e de doces de espécies cultivadas (HISTÓRICO 2018).

Desses modos, e de outros tantos aqui não descritos, os sujeitos implicados nessa experiência desenvolvem certa construção e apropriação de um comum. Se hoje a questão que importa é a de uma “reapropriação coletiva da capacidade e da arte de ter cuidado” (Stengers 2015: 195) o que temos defendido é que tais práticas propiciam aprendizagens em torno do aprender a ser neste tempo. Aprender que passa por objetar, exigir participar da formação das questões que importam – como a Política de Agricultura Municipal, por exemplo – e aprender a participar de um empreendimento coletivo que sustenta a vida, já que “toda a vida tem a tarefa de trazer outras vidas e sustentá-las por quanto for necessário para que elas, por sua vez, gerem mais vida” (Ingold 2020: 17).

Desde o ano 2017 temos seguido a Horta Comunitária. E desde então aprendido com as práticas que constituem a iniciativa. Uma das aprendizagens tem a ver com a questão colocada pela Professora Ana Gomes, em novembro de 2020, quando apresentamos o trabalho intitulado “*Educação Ambiental: aprendizagens em uma horta urbana no sul do Brasil*” no Eixo Antropologia, educação e formação antropológica do VI Congresso da Associação Latinoamericana de Antropologia. Naquela ocasião fomos chamadas a pensar sobre os sentidos empregados à palavra comunidade.

Seguindo uma perspectiva ecológica de aprendizagem, baseada na noção de prática em correspondência⁵ (Ingold 2020), com diferentes ambientes, seres e coisas. E entendendo tal

⁵ Ingold (2020: 46) define correspondência como “processo pelo qual seres ou coisas literalmente correspondem ou respondem uns aos outros ao longo do tempo, como por exemplo, na troca de cartas ou de palavras em conversa”. Tal possibilidade, como enfatiza o autor, compreende “a codependência de comum e de variação, da maneira pela qual cada ser encontra sua voz singular na partilha de experiências com outros”. A correspondência é o um “modo de se relacionar” que procura atender o outro, na medida em que caminham juntos.

espaço como uma comunidade de práticas (Lave 1991). Com as e nas práticas deste particular espaço comunitário tem sido possível acompanhar o desenvolvimento de habilidades relacionadas à aprender como aprender a ser, a habitar, e a desenvolver habilidades, ao mesmo tempo em que se constrói vínculos de pertencimento a um lugar, a uma comunidade que coproduz respostas contingentes às lógicas capitalistas, coproduzindo, nesse movimento, também a si mesma enquanto comunidade (Schmitt 2021).

Partindo do entendimento que aprender significa exercer um processo consistente e de maneira ativa nas práticas sociais, construindo pertenças em relação a determinado agrupamento de humanos e não humanos, nos deparamos com a ideia de que ser um praticante da/na Horta Comunitária não se restringe a inserir-se em um grupo para exclusivamente manejar cultivos de plantas a partir de uma perspectiva agroecológica (Figura 2). Tornar-se um praticante também é uma forma de filiação a uma ideia, a algo que se projeta para além da materialidade do cultivo e apresenta-se como uma nova possibilidade de habitar a cidade e manejar o seu próprio ambiente de vida (Carvalho, Schmitt & Pereira 2021).

O sentido de comunidade aparece como experiência de arranjo recursivo e nos serve para pensar como o grupo de hortelões vinculados à Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro cria formas de viver e relacionar-se, estabelecendo não uma unidade indissociável, como uma noção romântica poderia nos apontar, mas uma experiência precária de coexistir, de estar e viver juntos. Em um processo educativo “de atentar para coisas, e para o mundo” (Ingold 2020: 17). Talvez seja justamente nesta experiência de invenção de um comunitário que se formam laços e vínculos de solidariedade. Nessa experiência de coexistir, a solidariedade aparece como fator de coesão, mas os vínculos solidários não superam a polaridade entre a individualidade e a alteridade, pelo contrário, fazem tensão no fio contínuo entre essa relação. Deste modo, a comunidade a que nos referimos que temos experienciado não está *a priori* nas relações, mas configura-se a partir delas, do trânsito entre posições intercambiáveis, tanto de enunciação de discursos como de posições de produção das práticas (Schmitt 2021). A comunidade a que esse *comunitário* refere-se é também agrupamento constituído por não humanos – plantas, animais, Arroio Taquara, entidades, partidos políticos... – e por todas as relações ali estabelecidas, ou, nos termos usados por Tsing (2004), pela *fricção*⁶ que estabelecem e que chama a atenção para a heterogeneidade imprevisível de mundos emergentes, gestados a partir de histórias específicas de engajamento e encontro.

⁶ Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2018/11/12/verbete-friccao-atrito-por-anna-tsing/> (Acesso em 03/11/2021).



Figura 2 Milhos colhidos na Horta Comunitária.

Fonte: Acervo de pesquisa da autora.

A disposição em engajar-se em uma experiência de ser-em-comum, a partir das práticas, em um espaço público, como a Horta Comunitária, propicia aprendizagens que estão para além do entendimento da prática de horticultura como técnica, e este arranjo pode caracterizar e fazer desse agrupamento uma comunidade. O que faz com que esse agrupamento seja descrito e compreendido como uma comunidade, desde a perspectiva do que estamos observando, é este exercício de (re)configurar-se de modo incessante como tal, por meio do compartilhamento de modos de ser no/com o mundo. Nesse sentido, o entendimento que Lave (1991) confere à aprendizagem como prática configurada através do processo de vir a ser um participante pleno em uma prática sociocultural parece fazer sentido neste contexto pois, aprender a fazer horta urbana, desde o contexto analisado, *é aprender a compor e a corresponder no emaranhado de práticas que constituem a comunidade*. Aprender horta urbana passa por aprender a ser comunidade – não uma comunidade estável, romantizada, mas aquela marcada por disputas, contingências e instabilidades de toda ordem. Trata-se talvez de voltar-se para a “reapropriação coletiva da capacidade e da arte de ter cuidado” como nos propõe Stengers (2015: 95) já que o poder do Estado, como reforça a autora, “não ajudará”.

Considerações finais

O que podemos aprender em uma horta urbana no contexto de um mundo em catástrofe⁷ refere-se à construção dessa capacidade de ser com outros e assim construir respostas situadas, locais – no caso da Horta Comunitária em questão a produção de alimentos e de um espaço de sociabilidades em uma área extremamente vulnerável da cidade de Porto Alegre.

A Horta, margeada por muitos conflitos e também por um Arroio que nos lembra o tempo inteiro do colapso do capitalismo e do “tecido danificado da gestão moderna de recursos” como diz Tsing (2018), também tem sido um espaço que reúne histórias humanas e não-humanas que envolvem perturbações, mas também possibilidades de criação. Stengers (2015: 96) salienta a necessidade de “ficar atento ao surgimento contemporâneo de “outras narrativas”, talvez um anúncio de novos modos de resistência, que recusam o esquecimento da capacidade de pensar e de agir conjuntamente exigido pela ordem pública.” E já que “as ruínas viraram os nossos jardins” (Tsing 2018) experiências como as das hortas urbanas parecem implicar na criação de possibilidades para a vida a partir de conexões.

Práticas dessa natureza parecem povoadas por humanos que tem sido compelidos a tentar mudar modos de viver, afetiva, mas também, politicamente, levando em consideração que para responder à intrusão de Gaia talvez seja necessário agir em correspondência (Ingold 2020) com o outro, com toda a complexidade que isso representa. Adotar essa perspectiva é afirmar que a resposta à intrusão não será aquela de “uma humanidade enfim reconciliada, reunida sob o signo de uma boa vontade geral” (Stengers 2015: 118), mas será aquela que depende do repovoamento de um mundo que foi devastado e hoje precisa reestabelecer capacidades coletivas de pensar, imaginar e criar.

Referências

ACSELRAD, Henri. 2002. “Justiça ambiental e construção social do risco”. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 5:49-59.

ACSELRAD, Henri. 2010. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”. *Estudos Avançados*, 24(68):103- 119.

⁷ Sobre aprendizagens de diferentes praticantes no âmbito dessa experiência, apresentamos a tese: “Aprender (n)a horta urbana: práticas e experiências em comunidade”. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9727/2/Tese_Vers%c3%a3o%20Final_%20Lilian%20Alves%20Schmitt.pdf

AQUINO, Adriana Maria & ASSIS, Renato Linhares. 2007. “Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, 10(1): 37-150.

BIZARI, Douglas R. & CARDOSO, Jean C. 2016. “Reuse water and urban horticulture: alliance towards more sustainable cities”. *Horticultura Brasileira*, 34(3): 311-317.

BRANCO, Marina Castelo & DE ALCÂNTARA, Flávia A. 2011. “Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?”. *Horticultura Brasileira*, 29(3): 421-428.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves & GONÇALVES, Teomar Magalhães. 2016. “Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas”. *Revista Desenvolvimento Social*, 19(1): 51-61.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SCHMITT, Lilian Alves; & PEREIRA, Marcos Villela. 2021. “Educação e sustentabilidade: aprendizagens em uma horta urbana”. *Pedagogia Social Revista Interuniversitaria*, 37: 173-183.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; FARIAS, Carmen Roselaine & PEREIRA, Marcos Villela. 2011. “A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade”. *Ambiente e Sociedade*, 14(2): 35-49.

FAO - FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. Comité de Agricultura. Agricultura urbana. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/es/>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

HISTÓRICO DA HORTA COMUNITÁRIA. 2018. Histórico. Porto Alegre, RS. 20p.

GUATTARI, Felix. 1985. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.

INGOLD, Tim. 2020. *Antropologia e/como educação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

LAVE, J. & WENGER, E. 1991. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press.

MAAS, Larissa; MALVESTITI, Rosane & GONTIJO, Leila Amaral. 2020. “O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(8): e00134319.

RIO GRANDE DO SUL. 2018. *Lei Estadual nº 15.222, de 28 de Agosto de 2018: Institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bra184141.pdf>

SCHMITT, Lilian Alves. 2018. *Aprender em comunidade: práticas e experiências em uma horta urbana*. (Projeto de Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre).

SCHMITT, Lilian Alves Schmitt. 2021. *Aprender (n)a horta urbana: práticas e experiências em comunidade*. Tese de doutorado. Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

STENGERS, Isabelle. 2018. “A proposição cosmopolítica”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 442-464.

_____. 2015. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify.

STEIL, Carlos Alberto & CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. 2014. “Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito”. *Mana*, 20: 163-183.

SZTUTMAN, Renato. 2018. “Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers”. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 69: 338-360. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p338-360>

TSING, Anna Lowenhaupt. 2018. “Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos)”. Traduzido por Filipi Pompeu e Mariana Canazaro Coutinho. *Cadernos do Lepaarq*, 15(30): 366-382.

TSING, Anna Lowenhaupt. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB/Mil Folhas.

ZAAR, Miriam Hermi. 2011. “Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión”. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 16(944).

ZAAR, M. H. 2015. “A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar”. *Sociedade e Território*, 27(3): 26-44.